

MACIEL, Gisèle N. O programa nacional do livro didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de geografia In: ENCONTRO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA DA REGIÃO SUL, 2., 2014, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://anaisenpegsul.paginas.ufsc.br>>.

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DOS LIVROS DE GEOGRAFIA

Gisèle Neves Maciel.

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina. Contato eletrônico: giselenm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A presente análise, ainda em desenvolvimento, sobre o PNLD considera a existência de uma tríade onde os elementos estão quase imbricados: as avaliações, as editoras e os livros didáticos. Desde 1996, os livros só são adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, se aprovados na avaliação realizada pelo programa.

O presente artigo que é fruto da pesquisa de doutorado¹, em fase de finalização, tem por objetivo apresentar um memorial, de caráter mais descritivo que analítico, acerca do programa e das mudanças ocorridas nos processos de avaliação dos livros didáticos de Geografia, procurando sistematizar alguns dados que possam servir de apoio aos estudos de outros pesquisadores. Serão, também, destacados nesse trabalho exemplos de erros encontrados em livros de Geografia aprovados e alguns aspectos do mercado editorial.

Para apresentar as fases de desenvolvimento do PNLD e as ações de atendimento aos ciclos de ensino, foram utilizadas informações encontradas na página oficial do programa e para abordá-lo sob a ótica das políticas públicas, foram utilizados os trabalhos de Höfling (2000), Cassiano (2007) e Soares (2007); Para constatar as mudanças nas avaliações e na apresentação dos guias foram consultados os Guias de Geografia, das edições de 1999, 2002, 2005, 2008, 2011. Para abordar a presença dos erros nos conteúdos sobre Santa Catarina foram consultados livros aprovados em

¹ A pesquisa de doutorado é realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof. Dr.^a Raquel M. F. do Amaral Pereira. A autora do presente artigo é bolsista Capes (2011-2014).

Algumas informações e referências presentes neste texto foram abordadas no artigo intitulado “Livros didáticos de Geografia: erros, avaliações e concentração editorial no PNLD” apresentado no X Enanpege, realizado em Campinas, 2013.

diferentes edições do programa, e as correções referidas foram embasadas na conferência das informações geográficas e no trabalho de Mamigonian (1986).

UM PANORAMA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Através do Decreto nº. 91.542, de 19/8/85 se institucionalizou o PNLD, substituindo o Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental (PLIDEF). O novo programa era responsável por distribuir os livros didáticos adquiridos com recursos do Governo Federal. Cassiano destaca que o PNLD “trouxe princípios até então inéditos, de aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do então 1º grau [...]” (CASSIANO, 2007, p. 20), além de disso, somente os livros reutilizáveis seriam comprados e os professores passariam a realizar a escolha das obras. Contudo, ainda não haviam recursos suficientes para que todos os anos da rede pública fossem contemplados. Essa situação mudara apenas na década de 1990, quando se entendeu que além de distribuir os livros, era preciso avaliar a qualidade dos livros.

Em 1993 foi realizada, a pedido do MEC, uma avaliação pedagógica dos livros didáticos destinados às séries iniciais do ensino fundamental. Entretanto, o resultado dessa avaliação teve sua divulgação adiada por várias vezes e quando de fato foi tornada pública, causou grande repercussão entre autores, editoras e professores, sendo que os primeiros, recorreram judicialmente alegando desconhecerem os critérios da avaliação.

A partir de 1995 o programa passou a contar com um fluxo regular de financiamento (Cassiano, 2007), e no ano seguinte, apenas os livros didáticos considerados aprovados pela avaliação pedagógica podiam ser adquiridos. Desta vez, os critérios de avaliação haviam sido divulgados às editoras previamente. Esses critérios foram divididos em dois grupos: Critérios Eliminatórios referentes à correção dos conceitos e informações, correção e pertinência metodológica, contribuição para a construção da cidadania, critérios de classificação relativos à estrutura editorial, aspectos visuais, ilustrações e o Manual do Professor (BRASIL, 1998, p. 15-16-17). Foram analisados os livros didáticos destinados às primeiras séries do ensino fundamental.

As editoras que tinham interesse em submeter seus livros à avaliação inscreveram suas coleções com base em um edital. Conforme o resultado da avaliação e

das escolhas feitas pelos professores (encaminhadas às secretarias de educação e repassadas ao MEC) as editoras teriam os livros adquiridos pelo programa. Nessa edição do PNLD, foi produzido como resultado final da avaliação o primeiro Guia do Livro Didático, com as resenhas das coleções aprovadas.

O crescimento das vendas de LDs ao Governo Federal na década de 1990 se deveu ao conjunto de recursos direcionados à compra dos livros didáticos como principal instrumento de melhoria na educação. Essa estratégia de investimento foi sugerida pelo Banco Mundial, que considerava o investimento na compra e distribuição dos livros didáticos uma ação de ótimo custo-benefício (CASSIANO, 2007). À mesma época da consolidação do PNLD, ocorreu a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, e a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 1997.

Em 2001 o programa que avalia e distribui livros didáticos à todas às escolas da rede pública é considerado o maior programa de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo, chegando a ganhar registro no *Guinness Book*. Durante a década de 2000, o PNLD aumentou sua capacidade de investimento e, assim, mais exemplares foram sendo adquiridos e distribuídos.

Atualmente, na página destinada ao programa, no site do Ministério da Educação – o PNLD é assim apresentado:

Para prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares de qualidade, o Governo Federal executa o Programa Nacional do Livro Didático. O Programa atende também aos alunos da Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado.

O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio [...] Cada escola escolhe democraticamente, dentre os livros constantes no Guia do PNLD, aqueles que deseja utilizar, levando em consideração seu planejamento pedagógico. Para garantir o atendimento a todos os alunos, são distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy)² dos livros aprovados e

² Trata-se de um conjunto de programas que transforma qualquer texto do computador em texto digital falado. É utilizado para o ensino de alunos com deficiência visual.

escolhidos no âmbito do PNLD. (Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-livro-didatico> Acesso em 12 de Set. de 2012).

O PNLD envolve ações de diferentes sujeitos: editoras; equipes de pareceristas vinculadas às instituições de ensino superior que irão realizar a avaliação; professores que devem escolher as coleções e finalmente; os alunos que receberão os livros. O MEC se encarrega das questões funcionais e os recursos financeiros - bem como a definição dos valores repassados às editoras - ficam a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Höfling analisa o PNLD como uma política pública social e o define como estratégia de apoio “à política educacional implementada pelo Estado brasileiro com a perspectiva de suprir uma demanda [...] atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar [...]” (HÖFLING, 2000, p. 159-160).

Considerando que o programa adquire livros publicados por empresas privadas, com recursos públicos, é importante perceber como a distribuição de livros didáticos tornou-se um negócio cada vez mais atraente para as grandes editoras do setor. A concentração das vendas nas mãos de poucas editoras é tão grande, que alguns estudiosos apontam a formação de oligopólio. Soares afirma que entre 1998 e 2006 “somente seis grupos editoriais (Abril, Santillana, FTD, Saraiva, IBEP e Ediouro, e mais a Editora do Brasil) [concentraram] 87% das compras” (SOARES, 2007, p. 05). Com base nos valores registrados nas tabelas disponibilizadas na página eletrônica do MEC, referentes a distintas edições do programa, estima-se que entre 1998 a 2012, foram investidos mais de 8,5 bilhões de reais³. Em 2011, cerca de 83% das vendas ficaram concentradas entre cinco grandes editoras.

Do ponto de vista institucional, a ampliação do programa no decorrer dos anos tornou premente sua consolidação como política de educação do Estado brasileiro. Em 2010, o programa é institucionalizado por decreto presidencial. Suas atribuições e

³ Dado estimado com base nos números apresentados por Soares (2007) e nos cálculos realizados com base nas tabelas disponibilizadas na página do PNLD, disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> Acesso em 16 de Fev. de 2014.

normas de funcionamento foram detalhadamente asseguradas através do Decreto n.º 7.084 de 27/01/2010.

No quadro a seguir, apresenta-se uma síntese das principais ações do PNLD, desde a sua criação até o ano de 2014.

QUADRO 01 - As principais ações do PNLD⁴ de 1985 a 2014.

1985	Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o PLIDEF dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como: Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.
1992	A distribuição dos livros é comprometida pelas limitações orçamentárias e há um recuo na abrangência da distribuição, restringindo-se o atendimento até a 4ª série do ensino fundamental.
1993	A Resolução CD FNDE nº 6 vincula, em julho de 1993, recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático.
1993/1994	São definidos critérios para avaliação dos livros didáticos, com a publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE/UNESCO.
1995	De forma gradativa, volta a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental. Em 1995, são contempladas as disciplinas de matemática e língua portuguesa. Em 1996, a de ciências e, em 1997, as de geografia e história.
1996	É iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo devem ser excluídos do Guia do Livro Didático.
1997	Com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

⁴ Constam no quadro ações específicas do PNLD-Ensino Fundamental, e dos demais programas: PNLEM (Programa Nacional de Livros Didáticos para o Ensino Médio); PNLA (Programa Nacional de Livros Didáticos para Alfabetização de Jovens e Adultos); PNLD-EJA (Programa Nacional de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos); PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e PNLD-Campo (Programa Nacional de Livros Didáticos, destinado às escolas que mantém turmas anexas em áreas rurais que ofereçam os anos iniciais do ensino fundamental em turmas organizadas sob a forma multisseriada, seriada e por segmento de aprendizagem).

2000	É inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª série em 2001 e, pela primeira vez, os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo de sua utilização.
2001	O PNLD amplia, de forma gradativa, o atendimento aos alunos com deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livros didáticos em braille. Atualmente, os alunos surdos são atendidos também com livros em libras.
PNLD 2002:	Anos Iniciais – 1ª reposição e complementação (plena para 1ª série consumível). Anos Finais – distribuição integral. O PNLD dá continuidade à distribuição de dicionários para os ingressantes na 1ª série e atende aos estudantes das 5ª e 6ª série. Em 2002, foi executado o PNLD 2003.
PNLD 2003:	Anos Iniciais – 2ª reposição e complementação (plena para 1ª série consumível). Anos Finais – 1ª reposição e complementação. O PNLD distribui dicionários de língua portuguesa aos ingressantes na 1ª série e atende aos alunos das 7ª e 8ª série. É distribuído, também, Atlas Geográfico para as escolas que possuem, concomitantemente, EJA e turmas de 5ª a 8ª série do ensino regular. É publicada a Resolução CD FNDE nº. 38, de 15/10/2003, que institui o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Com execução em 2003, o PNLD 2004 atendeu aos alunos do ensino fundamental.
PNLD 2004:	Anos Iniciais – distribuição integral. Anos Finais – 2ª Reposição e complementação. Para o PNLD 2005, foi feita aquisição e distribuição de livros didáticos para os alunos de 1ª a 4ª série, para reposição e complementação, e a última reposição e complementação do PNLD 2002 aos alunos de 5ª a 8ª série. É criado o Siscort, sistema direcionado a registrar e controlar o remanejamento de livros e a distribuição da Reserva Técnica.
PNLD e PNLEM 2005:	Anos Iniciais – 1ª reposição e complementação (plena para 1ª série consumível). Anos Finais – distribuição integral Ensino Médio – distribuição parcial (matemática e português para 1ª série do Norte e do Nordeste). No âmbito do PNLEM, houve distribuição de livros de português e matemática para todos os anos e regiões. A partir de 2005, em vez de entregar uma obra para cada aluno, o FNDE fornece acervos de dicionários a todas as escolas públicas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.
PNLD e PNLEM 2006:	Anos Iniciais – 2ª reposição e complementação (plena para 1ª série consumível). Anos Finais 1ª reposição e complementação. Ensino Médio distribuição parcial (matemática e português para todos os anos e regiões do país). Distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares para o 1ª segmento do ensino fundamental (1ª à 4ª série/1º ao 5º ano), no âmbito do PNLD 2007, e a segunda reposição e complementação do PNLD/2004 (5ª à 8ª série/6º ao 9º ano). Para os alunos que têm surdez e utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), houve distribuição (escolas de 1ª a 4ª série/ 1º ao 5º ano) do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa/Língua Inglesa.
	Anos iniciais – distribuição integral. Anos Finais – 2ª reposição e complementação. Ensino Médio – distribuição parcial (integral para biologia mais reposição e complementação de matemática e português).

PNLD e PNLEM 2007:	O FNDE adquire 110,2 milhões de livros para reposição e complementação dos livros anteriormente distribuídos para os anos iniciais (sendo plena para 1ª série consumível) e distribuição integral para anos finais. Houve ainda distribuição de dicionários trilingües de português, inglês e libras para alunos surdos das escolas de ensino fundamental e médio. Os alunos surdos de 1ª a 4ª série receberam ainda cartilha e livro de língua portuguesa em libras e em CD-Rom. Com a publicação da resolução CD FNDE 18, de 24/04/2007, é regulamentado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).
PNLD e PNLEM 2008:	Anos Iniciais–1ª reposição e complementação (plena para 1ª série consumível). Anos Finais – distribuição integral Ensino Médio – distribuição parcial (integral para química e história mais reposição e complementação de matemática, português e biologia).
PNLD e PNLEM 2009:	Anos Iniciais – 2ª reposição e complementação (plena para 1ª série consumível). Anos Finais – 1ª reposição e complementação Ensino Médio – distribuição integral de matemática, português, biologia, física e geografia, mais reposição e complementação de química e história. A resolução CD FNDE nº. 51, de 16/09/2009, regulamentando o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). A segunda, resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009, estabelece que a partir de 2010, as redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros didáticos. A resolução 60 adiciona os livros de inglês ou de espanhol aos componentes curriculares distribuídos aos alunos de 6º ao 9º ano. Para o ensino médio, também haverá distribuição de livros de inglês ou de espanhol, além dos livros de filosofia e sociologia (em volume único e consumível).
PNLD 2010:	Em 2010, é publicado o Decreto nº. 7.084, de 27/01/2010, que dispõe sobre os procedimentos para execução dos programas de material didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Foram distribuídos livros de língua estrangeira pela primeira vez. No âmbito do PNLD EJA, foram investidos R\$20 milhões na aquisição e distribuição de mais de 2 milhões de livros direcionados à alfabetização. Para os Anos Iniciais houve a distribuição integral de livros. Para os Anos Finais a 2ª reposição e complementação. E para o Ensino Médio a 1ª reposição e complementação.
PNLD 2011:	Anos Iniciais – 1ª reposição e complementação (plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º ano) Anos Finais – distribuição integral (incluindo língua estrangeira). Ensino Médio – 2ª reposição e complementação. Em 2011, o FNDE adquiriu e distribuiu integralmente livros para o ensino médio, que serão utilizados a partir de 2012. Pela primeira vez, os alunos desse segmento receberão livros de língua estrangeira (inglês e espanhol) e livros de filosofia e sociologia (volumes únicos e consumíveis).
PNLD 2012	Anos Iniciais – 2ª reposição e complementação (plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º ano). Anos Finais 1ª reposição e complementação (integral para língua estrangeira consumível) Ensino Médio, distribuição integral (incluindo língua estrangeira, filosofia e sociologia).
PNLD/ Campo 2013	Distribuição (realizada no ano anterior) dos guias e dos livros componentes do PNLD-Educação do Campo, para as séries iniciais do

	ensino fundamental.
PNLD/ Alfabetização na Idade Certa PNLD-EJA PNLD 2014	<p>Distribuição (realizada no ano anterior) das obras de literatura destinadas aos alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental das escolas públicas, no âmbito do PNLD Alfabetização na Idade Certa.</p> <p>Distribuição (realizada no ano anterior) de obras didáticas destinadas aos alunos e educadores de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e do ensino fundamental e médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos, da rede pública.</p> <p>Distribuição (realizada no ano anterior) dos guias e dos livros componentes do PNLD, para as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia, das séries finais do ensino fundamental.</p> <p>Lançamentos dos editais para o PNLEN 2015 e PNLD-Campo 2016.</p>

Fonte: Informações levantadas a partir da página do PNLD. (Disponível <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518hist%C3%B3rico?Itemid=889&highlight=YTo1OntpOjA7czoxMDoiaGlzdMOzcmJbyI7aToxO3M6MjoiZG8iO2k6MjtzOjQ6InBubGQiO2k6MztzOjEzOiJoaXN0w7NyaWNvIGRvIjtpOjQ7czo3OiJkbyBwbmxiIj9> e <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais> Acesso em 16 de Fev de 2014).

Há uma complexa estrutura de organização e funcionamento do PNLD, mas para discutir os impactos de suas ações e seus resultados, é preciso também, analisar as mudanças ocorridas na estrutura das avaliações realizadas pelo programa.

AS MUDANÇAS NAS AVALIAÇÕES DO PNLD DE 1999 À 2014: CRITÉRIOS, GUIAS E ERROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Em 1999 apresentava-se a segunda edição da avaliação do PNLD, agora destinada a analisar os livros didáticos das séries finais do ensino fundamental. Depois da grande repercussão na imprensa, muitos editores ainda criticavam o que denominado por eles de ‘caráter subjetivo da avaliação’. O professor Dr. Holien Bezerra, que foi Coordenador de Área e membro de Comissão Técnica em diferentes edições de avaliações dos livros de História, posteriormente, fez a seguinte consideração sobre a reação dos autores e editoras quando da avaliação realizada em 1996/ 97:

[...] foram inscritas obras de autores conhecidos e que gozavam de prestígio no mercado editorial de livros didáticos, alcançando grandes tiragens, a reação de muitos dos que tiveram seus livros excluídos foi bastante forte, tanto na mídia quanto por meio de liminares que pediam a suspensão dos efeitos da avaliação. Para cada uma das oito liminares foram elaboradas, pela coordenação da avaliação,

argumentações que rebatiam ponto a ponto as reclamações apresentadas, com exemplos contundentes das inadequações contidas nas obras. As sentenças judiciais foram todas favoráveis ao MEC. (BEZERRA & LUCA in SPOSITO, 2006, p. 40).

Além da divulgação realizada pela mídia, os professores das escolas já tinham tido contato com o Guia do Livro Didático produzido três anos antes para as séries iniciais. O guia de 1999 também contava com as resenhas das coleções e com a representação simbólica da qualidade das obras – as famosas "estrelinhas" que acompanhavam essas resenhas. Como símbolo avaliativo elas correspondiam à seguinte classificação: uma estrela – livro recomendado com ressalvas; duas estrelas – recomendado; três estrelas – recomendado com distinção⁵. Os Critérios Eliminatórios e os Critérios de Classificação continuaram orientando as avaliações de todas as disciplinas.

A coordenação da equipe responsável pela avaliação dos livros de Geografia ficou a cargo do Professor Manoel Correia de Andrade, que convocou a participação de treze professores de diferentes instituições de ensino superior, para atuarem como pareceristas da avaliação⁶.

Obedecendo aos critérios eliminatórios da avaliação, os aspectos considerados na aprovação ou exclusão dos livros de Geografia foram assim descritos no guia: Correção dos conceitos e informações quanto a: relações espaço-temporais; ideias inadequadas, lacunares ou errôneas; indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos. Há ainda a afirmação de que o livro não deve conter informações incorretas e desatualizadas (BRASIL-GLDG, 1998, p. 372-373).

Foram aprovados vinte e dois livros isolados (não era obrigatório compor uma coleção) de dez autores diferentes, sendo que Melhen Adas foi o único autor que teve os quatro livros, integrantes da mesma coleção, aprovados. Não foi registrado neste guia o número de livros inscritos. As resenhas desse guia eram bem sintetizadas, sendo possível ter um panorama geral dos conteúdos dos livros analisados.

⁵ Essa representação ficou muito comum entre os professores: 'aquele livro ganhou só uma estrelinha, aquele outro ganhou três'.

⁶ Pareceristas: Aldemir Dantas Barbosa, Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Gervásio Rodrigues Neves, Gislaine Moreno, Hernani Loebler Campos, Jerônimo Lemos de Freitas, José Borzacchiello da Silva, José Lacerda Alves Felipe, Marília Peluso, Marita Silva Pimenta, Pedro de Almeida Vasconcelos, Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, Vanice Santiago Frago Selva.

Na edição de 2002, apesar da continuidade dos critérios de eliminação e classificação, há uma grande mudança no processo de avaliação: a análise das obras passar a ser realizada por “coleções e não mais livros isolados, com o objetivo de garantir o desenvolvimento curricular” (BRASIL, GLDG, 2001, p. 15). O resultado da avaliação continuou a ser apresentado através da atribuição das “estrelas” para simbolizar a qualidade das coleções.

Nessa avaliação, a Coordenação de Área foi exercida pela Professora Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito. Os processos de avaliação passaram a ser realizados de maneira centralizada em determinadas instituições de ensino superior, sendo que a avaliação dos livros de Geografia e História foi centralizada pela UNESP (Campus Presidente Prudente). A equipe de pareceristas⁷ foi composta por apenas oito professores. Foram inscritas treze coleções de Geografia, das quais apenas sete foram aprovadas. Em números percentuais, 53,84% das coleções foram aprovadas. As resenhas do guia para cada coleção estão divididas em uma descrição (geral, sobre a organização dos conteúdos) e uma análise (pedagógica) das coleções - uma síntese consistente com exposição clara e objetiva.

Na avaliação de 2005, os critérios eliminatórios e classificatórios continuaram sendo utilizados, mas uma mudança significativa quanto à apresentação das coleções no guia e a representação da qualificação atribuída pela avaliação às obras, foi implantada. Apesar da permanência das resenhas, seu formato passou a ser bem mais extenso, gráficos e tabelas fazem parte das análises, mas sem a clareza e a objetividade características das avaliações anteriores. As categorias **recomendadas com ressalvas**, **recomendada** e **recomendada com distinção**, foram abolidas. As obras passaram a ser consideradas aprovadas ou excluídas, apenas.

A Coordenação de Área foi assumida pelo professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol e a instituição responsável pelo processo de avaliação dos livros de Geografia foi novamente a UNESP. A equipe de pareceristas⁸ contou com a

⁷ Nas avaliações seguintes esse cargo foi modificado para o cargo de Coordenação Institucional. Os pareceristas foram: Antonio Cesar Leal, Antonio Nivaldo Hespanhol, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Ercília Torres Steinke, Hernani Loebler Campos, Marcos Alegre e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

⁸ Álvaro Luiz Heidrich, Antonio Cesar Leal, Arthur Magon Whitacker, Claudinei Lourenço, Dirce Maria Suertegaray, Edvânia Aguiar Torres Gomes, Ercília Torres Steinke, Genylton Odylon Rego da Rocha, Gláucio José Marafon, Hernani Loebler Campos, João Cleps Junior, João Lima Sant’Anna Neto, Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim, Roberto Verdum, Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Vera Lúcia Salazar Pessoa.

participação de dezesseis professores de diferentes instituições. Das dezesseis coleções inscritas, onze foram aprovadas, ou seja, 68,75%.

Na realização da pesquisa de mestrado (Maciel, 2008) foram encontrados muitos erros em livros aprovados pelo PNLD 2005. Vejamos alguns exemplos:

Em Santa Catarina, destaca-se o Vale do Itajaí, a área mais próspera desse estado. Aí se encontram as cidades de Blumenau, Brusque e Joinville. É uma área de colonização alemã, onde predominam as pequenas e médias propriedades agrárias que praticam a policultura aliada a pecuária (VESENTINI e VLACH, 2004, p. 170).

Em outro livro, fora encontrada uma incorreção que diz respeito ao desconhecimento do desenvolvimento econômico de determinada área do estado: “No litoral Sul [Santa Catarina], a atividade econômica mais importante é a extração do carvão mineral, principalmente em Criciúma, Siderópolis, Urussanga e Lauro Muller” (MOREIRA, 2004, p. 197). Cabe registrar que desde a década de 1990, essa região passou por um considerável processo de diversificação econômica. A mineração, não é mais a principal atividade dessa área, que dirá, a mais importante⁹.

Além dos erros específicos sobre o estado, também são encontradas referências equivocadas quanto o desenvolvimento econômico da Região Sul:

Desde 1970, no entanto, a participação industrial do Sudeste, particularmente de São Paulo, diminui em relação ao total produzido no Brasil. Nota-se a tendência de lenta desconcentração dessa atividade, principalmente em direção ao interior de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (PEREIRA e CARVALHO, 2009, p. 176).

Contrariando esse tipo de afirmação, destaca-se que:

Por volta de 1960, (...) Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso (...) apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. (MAMIGONIAN, 1986, p. 10).

⁹ Sobre diversificação econômica em Santa Catarina, pós década de 1990, ver Alcides Goularti Filho, Formação econômica de Santa Catarina, Ed. da UFSC, 2007.

Apesar dos critérios eliminatórios determinarem que o livro didático não deve conter informações incorretas ou desatualizadas, nem veicular indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos, os trechos acima transcritos, foram retirados de livros didáticos aprovados pela avaliação de 2005 (Critérios Eliminatórios – GLDG, 2004).

Em 2008, a estrutura dos critérios eliminatórios e classificatórias da avaliação foi mantida. O professor Eliseu Sposito coordenou o processo de avaliação dos livros de Geografia e a UNESP, pela terceira vez, foi a instituição responsável pelo processo. Foram inscritas vinte e seis coleções e dezenove foram aprovadas, ou seja, 73,07% das coleções. Em função do grande número de coleções inscritas, a equipe de avaliação foi composta por vinte e quatro pareceristas¹⁰. O guia é bastante extenso nas análises dos aspectos considerados na avaliação, merecendo quase tanto destaque quanto as resenhas de cada coleção, novamente, gráficos e tabelas com inúmeras informações são apresentadas. Há nele uma referência sobre a “caracterização geral das obras baseada na análise global da avaliação” (BRASIL, GLDG, 2008, p. 09) é um material muito denso em detalhes, não correspondendo ao que se costuma entender (e esperar de) como um *guia*.

Consultando um livro destinado ao 7º, aprovado no PNL D de 2008, novamente encontrou-se um equívoco conhecido na avaliação de 2005: “As indústrias responsáveis pela extração e pelo aproveitamento do carvão mineral são chamadas de siderúrgicas” (CASTELLAR e MAESTRO, 2002, p. 215) aqui, bastaria uma simples consulta ao dicionário para evitar o erro crasso - são as mineradoras as empresas responsáveis pela extração do carvão.

Na edição do PNL D de 2011, os critérios de avaliação, ainda preconizavam que os livros didáticos apresentassem “conceitos, informações e procedimentos corretos e atualizados” (BRASIL, GLDG, 2010, p. 11).

O professor Álvaro Luiz Heidrich foi o Coordenador de Área, desta edição que depois de três processos de avaliação desenvolvidos pela UNESP, foi centralizada pela

¹⁰ Álvaro Luiz Heidrich, Antônio Elíseo Garcia Sobreira, Arthur Magon Whitacker, Beatriz Ribeiro Soares, Eduardo Campos, Edvânia Torres Aguiar Gomes, Ercília Torres Steinke, Gláucio José Marafon, Helena Copetti Callai, Hernani Loebler Campos, Inês Moresco Danni Oliveira, João Cleps Júnior, Júlio César Suzuki, Magaly Mendonça, Margarete Cristiane Costa Trindade Amorim, Maria Eneida Fantin, Marisa Terezinha Rosa Valladares, Neusa Maria Tauschek, Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, Oscar Alfredo Sobarzo Miño, Raimunda Abou Gebran, Regina Penati Cardoso Ferreira, Ricardo Gurgel Azzi, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A equipe de pareceristas¹¹ formada por vinte professores. Foram inscritas dezoito coleções e aprovadas dez. Em percentual, 55,55% das coleções foram aprovadas. A leitura desse Guia foi facilitada em relação ao guia de 2008 não apenas pela diminuição do número das coleções, mas pela forma de apresentação das resenhas que oferecem uma exposição mais sucinta das obras analisadas.

Verificando os conteúdos referentes à Santa Catarina, na pesquisa de doutorado, foram encontrados erros (já conhecidos) em livros didáticos de diferentes autores e editoras, aprovados na avaliação de 2011:

No norte de Santa Catarina (Vale do Itajaí) instalaram-se os alemães, responsáveis pela fundação de cidades como Joinville e Blumenau. (SENE e MOREIRA, 2010, p. 161).

No litoral norte, encontra-se Joinville com industriais alimentícias, têxteis e de materiais de construção, que empregam muitos trabalhadores e movimentam a economia regional. (MAGALHÃES, 2009, p. 112).

Corrigindo, sucintamente, as referências supracitadas: Joinville não fica no Vale do Itajaí, mas, na região do Nordeste Catarinense, tendo como atividade de maior destaque a indústria (principalmente a metal-mecânica); o Vale do Itajaí (onde se situa a cidade de Blumenau) não está localizado na porção norte do estado, sendo amplamente reconhecido pela grande produção têxtil; As pequenas e médias propriedades agrícolas e agropecuárias são fortemente presentes na região do Oeste e Extremo-Oeste Catarinense.

Depois de cinco processos de avaliação dos livros destinados aos anos finais do ensino fundamental, em 2014, há uma alteração nos critérios quanto a presença de erros nas coleções. Anteriormente, os critérios eliminatórios determinavam que a

¹¹ Ana Santos Rocha, César de David, Doralice Maia, Edna Lindaura Luiz, Eduardo Campos, Genylton Odilon Rego da Rocha, Gilmar Mascarenhas, Gláucio Marafom, Icléa Vargas, João Osvaldo Rodrigues Nunes, Luis Antonio Bittar Venturi, Maíra Suertegaray Rossato, Margarete Cristiane Costa Trindade Amorim, Maria Eneida Fantin, Maria Geralda de Almeida, Neusa Maria Tauschek, Nina Simone Fujimoto, Oscar Sobarzo Miño, Rosselvelt José Santos e Sinthia Cristina Batista.

presença de erros deveria resultar na exclusão da coleção. Entretanto, como foi demonstrado nesse texto, muitos livros foram aprovados apesar das incorreções presentes em seus conteúdos. Consta neste guia que as coleções que tiveram “falhas pontuais”, deverão ser submetidas à correção pelas editoras, durante o desenrolar da avaliação, e aquelas, que contiverem “falhas de maior gravidade” caracterizados por desatualização de conceitos ou que induzam ao erro, serão excluídas (BRASIL, GLDG, 2013, p. 09).

Consta do guia a afirmação de que:

De maneira geral, autores(as) de livros didáticos têm observado cuidadosamente as recomendações contidas nos editais, notando-se uma contínua melhoria das obras quanto às normas de editoração, ao tratamento dos conteúdos, à abordagem e à representação gráfica/cartográfica dos fenômenos analisados. Apesar disso, persistem certas falhas, indicadas como “falhas pontuais” a serem revistas, ainda durante o processo de avaliação, enquanto outras, de maior gravidade, como a desatualização de conceitos e a indução ao erro, acabam por excluir a coleção do conjunto selecionado pelas equipes. (BRASIL, GLDG, 2013, p. 09).

Entre as considerações da equipe de avaliação e os exemplos de erros presentes nos livros aqui apresentados, há uma grande oposição.

A avaliação de 2014, foi coordenada pela Professora Dr.^a Adriany de Ávila Melo Sampaio, e centralizada pela Universidade Federal de Uberlândia. A equipe de avaliadores¹² foi composta por vinte e sete professores. Foram inscritas vinte e seis coleções (algumas com a inclusão de conteúdos digitais), sendo que vinte e quatro foram aprovadas, perfazendo um total de 92,3% de aprovação. O guia apresenta quadros

¹² Nesta edição da avaliação, os pareceristas passam a ser chamados de avaliadores: Antônio Carlos de Barros Corrêa (UFPE), Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFU – Campus Pontal), Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (UFGO), Cesar de David (UFMS), Djalma Vieira Bezerra (Escola Estadual Minas Gerais – Uberlândia), Doralice Sátyro Maia (UFPB), Edima Aranha Silva (UFMS), Ednéa do Nascimento Carvalho (UFOPA), Emerson Galvani (USP), Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA), Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza (PUC- SP), Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão), Maria Eneida Fantin (Instituto de Educação do Paraná), Mizant Couto de Andrade (Faculdade Católica de Uberlândia), Neusa Maria Tauscheck (Instituto de Educação do Paraná), Nina Simone Vilaverde Moura (UFRGS), Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski (UFPR), Oscar Alfredo SobarzoMiño (UFRGS), Roberta Afonso Vinhal Wagner (UFTM), Roberto Verdum (UFRGS), Sônia Regina Romancini (UFMT), Valéria Trevizani Burla de Aguiar (UFJF), Vânia Sílvia Rosolen (UFU), Vanilton Camilo de Souza (UFGO), Vilma Lúcia Macagnan Carvalho (UFMG), William Rodrigues Ferreira (UFU), Winston Kleiber de Almeida Bacelar (UFU).

sobre os aspectos considerados na avaliação e a presença destes nas coleções, além da apresentação das resenhas. Esse material ainda está sendo analisado com maior detalhamento na pesquisa de doutorado.

Fora consultado, até o momento, o livro da coleção Teláris – Geografia para o 7º ano do ensino fundamental.

Vale do Itajaí, em Santa Catarina: aí estão as cidades de Blumenau e Brusque e, mais ao Norte, Joinville. É uma região de colonização alemã, com predomínio de pequenas e médias propriedades agrícolas, que praticam a policultura aliada à pecuária. Aí se localizam inúmeras indústrias têxteis e alimentícias, entre outras. (VESENTINI e VLACH, 2012, p. 259 Disponível em: <http://galeriadigital.scipioneatica.com.br/galeriadigital/default.aspx?opc=98&art=202&set=> Acesso em 30 de Jul. de 2014).

Para o leitor que sente já ter lido algo parecido, reitera-se não se tratar de um equívoco de redação. A incorreção cometida em 2005, continuou presente no livro aprovado em 2011, ambos, edições da famosa coleção Geografia Crítica. Apesar de agora se tratar de uma nova coleção, intitulada Teláris - Geografia, o trecho aqui transcrito é idêntico às edições anteriores.

Após a descrição obre cada edição de avaliação dos livros didáticos de Geografia apresenta-se como uma sistematização das coleções aprovadas nas edições do PNLD de 2002 a 2014 e seus respectivos autores e editoras, através do quadro a seguir:

QUADRO 02 - Coleções aprovadas nas edições do PNLD 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014.

Nome das coleções	Autores	Editora	Ano de aprovação no PNLD
Geografia (Espaço Geográfico)	Hélio Carlos Garcia	Scipione	2005/ 2008
Geografia Para todos	Henrique Delboni et al.	Scipione	2008
Trilhas da Geografia	João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene	Scipione	2002/ 2005
Geografia	João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene	Scipione	2008/ 2011
Velear Geografia	João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene	Scipione	2014
Construindo Consciências	Beluce Belucci e Valquíria Pires Garcia	Scipione	2008

Projeto Radix	Beluce Belucci e Valquíria Pires Garcia		Scipione	2011/ 2014
Geografia Crítica	José W. Vesentini e Vânia Vlach		Ática	2002/ 2005 2008/ 2011
Projeto Teláris - Geografia	José W. Vesentini e Vânia Vlach		Ática	2014
Construindo o Espaço	Igor Moreira/ 2002 I. Moreira e Elizabeth Auricchio 2005/08		Ática	2002/ 2005/ 2008
A Geografia da Gente	Ieda M. Nogueira		Ática	2008
Geografia	Melhem Adas		Moderna	2002/ 2005 2008/ 2011
Construindo a Geografia	Regina Araújo et al.		Moderna	2002/ 2005/ 2008
Géia - Fundamentos da Geografia	Demétrio Magnoli		Moderna	2008
Projeto Araribá - Geografia	Sônia Danelli * (2008/11)	Fernando Vedovate 2014	Moderna	2008/ 2011/ 2014
Expedições Geográficas	Melhem Adas Sérgio Adas		Moderna	2014
Observatório de Geografia	Angela. da Silva et al.		Moderna	2014
Geografia (Séries)	Sonia Castellar e Valter Maestro		Quinteto Editorial (adquirida p. FTD)	2005
Geografia (Séries)	Sonia Castellar e Valter Maestro		FTD	2008
Geografia – Estudos para a apreensão do espaço	James Tamdijian Ivan Mendes		FTD	2014
Geografia uma leitura do mundo	Sonia Castellar e Valter Maestro		FTD	2014
Vontade de saber Geografia	Neiva Torrezani		FTD	2014
Geografias do Mundo	Diamantino Pereira e Marcos Carvalho		FTD	2008/2011/ 2014
Geografia Ciência do Espaço	D. Pereira, D. Santos e M. Carvalho		Atual/ Saraiva	2002/ 2005
Geografia – Homem & Espaço	Elian Lucci/ 2002 e Elian e Ancelmo Branco 2005/ 2008/ 2014		Saraiva	2002/ 2005/ 2008/ 2014
Geografia espaço e vivência	Andressa T. Boligian et al.		Atual/ Saraiva 2005	Saraiva 2011/ 2014 2005/ 2011/ 2014
Jornadas. Geo	Angela Rama Marcelo Paula		Saraiva	2014
Por dentro da Geografia	Wagner C. Ribeiro		Saraiva	2014
Série Link do Espaço	Denise Rockenbach et al.		Escala Educacional	2005/ 2008
Geografia, Sociedade e Cotidiano	Dadá Martins et al.		Escala Educacional	2008/ 2011/ 2014
Geografia Dinâmica e Contrastes	Paulo Moraes, H. Garcia e T. Gavarello		Escala Educacional	2014
	Elce M. Silva			

Geografia (Elos)	et al.	Ibep	2008
Geovida Olhar Geográfico	Fernanda Padovesi et al.	Ibep	2008
Geografia do Século XXI – Geo. e participação	Maria Inês Vieira	Ibep	2014
Para viver juntos Geografia	Fernando Sampaio et al.	Edições SM	2011/ 2014
Geografia em Foco	Adriano Baroni	Leya	2014
Geografia nos dias de hoje	Rosaly B. Chianca	Leya	2014
Geografia do Século XXI	Francisco C. Sampaio	Positivo	2008
Mundo da Geografia	Igor Moreira	Positivo	2014
Coleção Geografia	Roberto Giansanti	AJS	2014
Perspectiva Geografia	Claúdia de Magalhães et al.	Editora do Brasil	2011/ 2014
O mundo da Geografia	Laercio de Mello e Hamiltton Bettes Jr.	Terra Sul	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

*Neste ano a autoria da coleção foi atribuída a chama editora executiva e não a um autor. Isso não é mais permitido pelo PNLD.

RESULTADOS PRELIMINARES

As reflexões aqui apresentadas são resultantes do desenvolvimento da pesquisa de doutorado, que ainda está em fase de finalização. No entanto já é possível afirmar que PNLD traz importante contribuição quanto à distribuição de material didático gratuito aos alunos de toda a rede pública de ensino, mas é preciso discutir as consequências da concentração das vendas nas mãos de poucos grupos editoriais.

É possível inferir que as mudanças ocorridas no formato das avaliações acabaram por favorecer a continuidade da aprovação das coleções de Geografia. Apesar da manutenção dos critérios eliminatórios, foi evidenciada a presença de várias incorreções em livros didáticos aprovados em diferentes edições do programa. A avaliação da coleção completa, resultando em sua aprovação ou exclusão, em vez da análise dos exemplares isolados por série, possivelmente trouxe grande pressão às equipes de pareceristas. A apresentação das coleções nos guias de Geografia ganhou em complexidade mas tornou-se menos bem menos assertiva. Destaca-se a presença de elementos diferenciados, como gráficos e quadros coloridos, mas perdeu-se a síntese na elaboração das resenhas. A ideia de elaborar um *guia*, parece ter sido substituída pela elaboração rebuscada de um extenso manual.

Ao ler alguns trechos de conteúdos sobre Santa Catarina nos Livros didáticos, não é de se estranhar a sensação de um certo *déjà vu*. As pesquisas que vêm sendo realizadas ao longo de oito anos comprovam que muitos livros didáticos de Geografia continuam com a presença de várias incorreções, apesar de já terem passado por até cinco processos de avaliação e permaneceram contrariando o que é previsto nos critérios eliminatórios.

Desde a avaliação realizada em 1999 até a edição de 2014, setenta coleções de Geografia foram aprovadas, sendo publicadas por um conjunto de treze editoras. Entre elas, há quatro grandes grupos editoriais de capital estrangeiro e dois grupos nacionais de capital aberto. Os números de coleções por editora são os seguintes: vinte coleções da Ática e Scipione (Grupo Abril); treze coleções do Moderna (Grupo Santillana-Prisa), oito coleções da Saraiva (que adquiriu a Atual); oito coleções da FTD (que adquiriu a Quinteto), seis coleções da Escala Educacional (Grupo Anaya-Hachette), três coleções da IBEP, duas coleções da SM (Grupo SM); duas coleções da Leya ; duas coleções da Positivo; uma coleção da AJS; uma da Editora do Brasil e; uma coleção da Terra Sul. Também se nota a permanência de vários autores conhecidos entre os professores de Geografia nas coleções aprovadas, ainda que alguns tenham trocado de editora.

Há muito o que se pesquisar e discutir no que diz respeito ao PNLD. As análises sobre as avaliações, o mercado editorial e a verificação dos conteúdos das disciplinas trazem importantes constatações sobre o quanto ainda é preciso avançar rumo à qualidade dos materiais didáticos adquiridos com recursos públicos. Segue-se!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Holien G. LUCA, Tânia R. Em busca da Qualidade PNLD História – 1996-2004. In SPOSITO, Maria. E.B (Org.). **Livros didáticos de História e Geografia. Avaliação e pesquisa**. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2006. (p. 27-53).

BRASIL. MEC: **Dados estatísticos do PNLD** (tabelas diversas). Fonte: Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> Acesso em 16 de Fev. de 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 7.084 de 27 de Janeiro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm Acesso 23 de Nov. de 2013.

_____. MEC: **Histórico do PNLD.** Disponível <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518hist%C3%B3rico?Itemid=889&highlight=YTo1OntpOjA7czoxMDoiaGlzdMOzcmljbyI7aToxO3M6MjoiZG8iO2k6MjtzOjQ6InBubGQiO2k6MztzOjEzOiJoaXN0w7NyaWNvIGRvIjtpOjQ7czo3OiJkbyBwbmxxkIjt9> e **PNLD Editais** <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais> Acesso em 16 de Fev. de 2014).

BRASIL: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático.** Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático.** Brasília: MEC/ SEF, 2001.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2004.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2007.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2010.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo 2007.

CASTELLAR, Sonia. MAESTRO, Valter. **Geografia.** 6ª Série. São Paulo. Quinteto Editorial. 2001.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático.** Educ. Soc. vol.21 n.70 Campinas Apr. 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000100009> Acesso em 19 de Set de 2007.

MACIEL, Giséle Neves. **As interpretações sobre a industrialização na Região Sul do Brasil presentes nos livros didáticos de Geografia PNLD 2005/2007.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. PPGG. Fpolis, 2008. 161 f.

MAGALHÃES, Cláudia B. et al. **Perspectiva Geografia.** São Paulo. Editora do Brasil. 2009.

MAMIGONIAN, Armen. **A Indústria de Santa Catarina.** In: Atlas Geográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. (Versão atualizada pelo autor).

MOREIRA, Igor. **Construindo o Espaço**. 6ª Série. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.

PEREIRA, Diamantino. CARVALHO, Marcos. **Geografias do Mundo**. 7º ano. 1ª ed. Renovada. São Paulo. FTD. 2009.

SENE, Eustáquio. MOREIRA, João C. **Geografia**. 1.ed. São Paulo. Scipione. 2010.

SOARES, Ricardo Pereira. **Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - IPEA**. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1307.pdf 14/11/11 Acesso 19 de Nov. de 2011.

VESENTINI, J. William. VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. 6ª Série. 30ª ed. São Paulo. Editora Ática; 2004.

_____. _____. **Geografia Crítica**. 4.ed. São Paulo. Editora Ática. 2010.

_____. _____. **Teláris – Geografia**. 7º ano. São Paulo. Editora Ática. 2012. Disponível em: <http://galeriadigital.scipioneatica.com.br/galeriadigital/default.aspx?opc=98&art=202&set=> Acesso em 31 de Jul de 2014).